



FUNDAÇÃO VAQUINHAS
E VELEZ DO PESO
— LAR DE IDOSOS —

**Demonstrações
Financeiras**

2018



Índice

Balanço	2
Demonstração de Resultados por Natureza	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Anexo	
1 -Identificação da Entidade	7
2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3 – Principais Políticas Contabilísticas	10
4 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	17
5 – Ativos Fixos Tangíveis	18
6 – Custo dos empréstimos obtidos	20
7 – Inventários	22
8 – Rédito	23
9 – Subsídios do Governo e Apoios do Governo	24
10 -Benefícios dos Empregados	25
12 – Outras Informações	
12.1 – Investimentos Financeiros	26
12.2 – Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados/Membros	26
12.3 – Clientes e Utentes	26
12.4 – Outros ativos correntes	27
12.5 – Diferimentos	27
12.6 – Caixa e Depósitos Bancários	27
12.7 – Fundos Patrimoniais	28
12.8 – Fornecedores	28
12.9 – Estado e Outros Entes Públicos	29
12.10 – Outros passivos correntes	30
12.11 – Subsídios, doações e legados à exploração	30
12.12 – Fornecimentos e serviços externos	31
12.13 – Outros rendimentos	31
12.14 – Outros gastos e perdas	32
12.15 – Acontecimentos após a data do Balanço	32



Fundação Vaquinhas e Velez do Peso – Lar de Idosos 2018

Fundação Vaquinhas e Velez do Peso

Contribuinte: 500901562

Moeda: EUR

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 15 de 2018

Rubricas	Notas	2018	2017
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 377 727,00	1 467 172,00
Investimentos financeiros	12,10	5 859,60	0,00
Subtotal		1 383 586,60	1 467 172,00
Ativo corrente			
Inventários	7	1 144,40	326,48
Créditos a receber	12,30	5 154,25	136 183,97
Estado e outros entes públicos		0,00	550,00
Diferimentos	12,50	2 970,05	1 919,67
Outros ativos correntes	12,40	124 210,53	0,00
Caixa e depósitos bancários	12,60	40 019,47	23 132,67
Subtotal		173 498,70	162 112,79
Total do ativo		1 557 085,30	1 629 284,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12,70	84 261,77	84 261,77
Reservas	12,70	708,26	708,26
Resultados transitados	12,70	-126 765,85	-59 091,44
Ajustamentos / Outras variações de fundos patrimoniais	9/12.7	901 037,16	953 384,27
Subtotal		859 241,34	979 262,86
Resultado líquido do período		-43 385,67	-67 674,41
Total do capital próprio		815 855,67	911 588,45
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	343 591,13	387 472,35
Outras dívidas a pagar		0,00	1 283,41
Subtotal		343 591,13	388 755,76
Passivo corrente			
Fornecedores		14 059,04	6 673,91
Estado e outros entes públicos		9 162,71	21 415,39
Financiamentos obtidos	6	59 975,23	0,00
Outros passivos correntes	12,10	314 441,52	300 851,28
Subtotal		397 638,50	328 940,58
Total do Passivo		741 229,63	717 696,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 557 085,30	1 629 284,79

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____



Fundação Vaquinhas e Velez do Peso – Lar de Idosos 2018

Fundação Vaquinhas e Velez do Peso

Moeda: EUR
Contribuinte: 500901562

Demonstração dos resultados por naturezas em 15 de 2018

(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	247 163,47	234 354,77
Subsídios, doações e legados à exploração	9	161 932,92	145 337,76
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-32 907,95	-31 172,64
Fornecimentos e serviços externos	12,12	-101 344,87	-95 329,90
Gastos com o pessoal	10	-268 792,93	-308 692,70
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12,13	79 861,70	87 429,75
Outros gastos	12,14	-35 469,95	-14 270,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50 442,39	17 656,75
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-75 581,21	-70 287,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25 138,82	-52 630,48
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6	-18 246,85	-15 043,93
Resultado antes de impostos		-43 385,67	-67 674,41
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-43 385,67	-67 674,41

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____



Fundação Vaquinhas e Velez do Peso – Lar de Idosos 2018

Fundação Vaquinhas e Velez do Peso

Contribuinte: 500901562

Moeda: EUR

Demonstração dos Fluxos de Caixa em

2018

RUBRICAS	Notas	2017	2018
<u>Fluxos de caixa de atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		238 531,17	257 562,05
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-31 383,04	-127 685,61
Pagamentos ao pessoal		-220 311,58	-303 501,68
Caixa geradas pelas operações		-13 163,45	-173 625,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	2 346,03
Outros recebimentos/pagamentos		-39 806,49	-140 268,61
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-52 969,94	-311 547,82
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-2 729,04
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	10 000,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	7 270,96
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		43 426,16	58 050,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-41 318,49
Juros e gastos similares		0,00	-18 246,85
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		43 426,16	-1 515,34
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-9 543,78	-305 792,20
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		32 676,45	23 132,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período		23 132,67	40 019,47

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

Descrição	Notas	Total dos Fundos Patrimoniais					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO 2018	1	84.970,03	-59.091,44	0,00	-67.674,11	911.588,45	911.588,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas capital próprio	2	0,00	-67.674,41	-52.347,11	67.674,11	-52.347,11	-52.347,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				-43.385,67	-43.385,67	-43.385,67
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				24.288,44	-95.732,78	-95.732,78
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, Doações e Legados	5			10.000,00			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	84.970,03	-126.765,85	-42.347,11	-43.385,67	815.855,67	815.855,67



Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018

1-Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, aplicáveis á entidade.



1.1 – Identificação da entidade.

Designação da entidade:	Fundação Vaquinhas e Velez do Peso
Sede:	Rua Francisco Velez do Peso
Contribuinte:	500 901 562
Natureza da actividade:	Actividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento
CAE	87301
N.º Médio empregados	26

A Fundação Vaquinhas e Velez do Peso desenvolve o seu trabalho na freguesia de Assumar há mais de 60 anos, trabalhando desde sempre com a população idosa. Esta instituição possui experiência específica no apoio social a idosos na valência de Estrutura Residencial para Idosos desde 1978, tornando-a um recurso importante, não só para a população da freguesia de Assumar como também para a população do concelho de Monforte e do distrito de Portalegre, dado ao seu capital social e humano e aos anos de experiência acumulados.

Atualmente dispõe de um novo edifício com capacidade para 36 utentes, divididos em 18 quartos individuais e duplos, salas de convívio, salas de jogos, atelier e piscina.



2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

2.1- Referencial contabilístico adotado

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da



Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da

Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2 – Derrogação das disposições do SNC

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições da NCRF – ESNL.

2.3 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.



3 – Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 – Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade e com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Pressuposto do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3.- Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. – Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com



a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram, os resultados de tais transações são apresentados, quando se reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

3.1.6. – Informação comparativa

A informação é comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros que constam nas demonstrações financeiras foram registados pelo justo valor, compreendendo os valores a totalidade de participação que a entidade teve que efetuar para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, designado de FRSS, instituído pelo Decreto-Lei n.º 165-A/2013 de 23 de dezembro de 2013, e pela Portaria n.º3/2014 de 5 de fevereiro.

Esta divulgação engloba também as entregas efetuadas ao Fundo de Compensação de Trabalho, denominado FCT.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos referidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.



Trata-se de um fundo de natureza mutualista, que visa garantir o valor necessário à cobertura de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho calculada nos termos referidos, subtraído do montante já pago pelo empregador ao trabalhador.

O valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% de retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que não ocorra contagem de antiguidade

3.2.2.- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas corresponde ao período de vida útil estimada em anos, que se encontram definidos no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, cuja ultima alteração foi efetuada com a Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro.

3.2.3.- Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

A entidade utiliza o regime de inventário intermitente, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.



3.2.4.- Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - ✦ Alterações no preço do bem locado;
 - ✦ Alterações na taxa de câmbio
 - ✦ Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5.- Financiamentos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros”, quando existentes, são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A Entidade considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda.

3.2.6.- Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.



Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de utente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

3.2.7. – Subsídios

A entidade reconhece os subsídios para compensar gastos como contas a receber por contrapartida de rendimentos apenas quando existe a segurança de que:

- A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- Os subsídios serão recebidos.

Neste caso os subsídios são reconhecidos como uma conta a receber na proporção dos gastos incorridos e financiados.



Um subsídio pode tornar-se recebível por uma entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido

3.2.8. - Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. – Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2.10 – Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece, um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios a pagar no futuro, e reconhece um gasto quando consumir um benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca desses benefícios.



4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 – Alterações das políticas contabilísticas:

Utilizando como referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras o instituído pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012 de 9 de Março não se verificou nas demonstrações financeiras qualquer reajustamento relacionado com o período.

4.2 - Alteração nas estimativas contabilísticas:

Utilizando como referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras o instituído pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012 de 9 de Março, não se verificou nas demonstrações financeiras qualquer reajustamento relacionado com o período.



5 – Ativos fixos tangíveis

5.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis foram mensurados pelo seu custo de aquisição, tendo sido considerado todos os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar de forma pretendida, deduzindo as depreciações e quaisquer perdas por imparidade.

b) Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação utilizado nos ativos fixos tangíveis relevados nas demonstrações financeiras é o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis ou taxa de depreciação média.

Ativos Tangíveis	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais	--
Edifícios e outras construções	2% - 5%
Equipamento básico	12,5% - 14,29%
Equipamento de transporte	--
Equipamento administrativo	12,5%

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro.

A alínea d) e e) estão refletidas no quadro anexo da página seguinte.



Fundação Vaquinhas e Velez do Peso – Lar de Idosos 2018

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS											
DESCRIÇÃO		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	385 815,55	1 157 142,68	194 736,45	0,00	46 818,05	0,00	8 053,04			1 792 565,77
,	Depreciações acumuladas iniciais		182 910,29	93 485,99	0,00	43 163,85	0,00	7 533,64			327 093,77
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais							0,00			
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 – 3)		974 232,39	101 250,46	0,00	3 654,20	0,00	519,40			1 465 472,00
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-53 150,85	-36 922,19	0,00	754,05	0,00	-126,01			-89 445,00
5.1 Adições	Total das adições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
	Aquisições em 1.ª mão			0,00	0,00	0,00		0,00			0,00
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais										
	Outras aquisições										
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
	Trabalhos para a própria entidade										
	Acréscimo por revalorização										
	Outras										0,00
5.2 Diminuições	Total das diminuições		53 150,85	36 922,19	0,00	-754,05	0,00	-126,01			89 192,98
	Depreciações		56 057,14	18 822,01	0,00	702,06	0,00	0,00			75 581,21
	Perdas por imparidade										0,00
	Alienações										0,00
	Abates										0,00
	Outras		-2 906,29	18 100,18	0,00	-1 456,11		-126,01			13 611,77
5.3	Reversões de perdas por imparidade										
5.4	Transferências de AFT em curso										
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda										
5.6	Outras transferências										
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)		921 081,54	64 328,27	0,00	4 408,25		393,39			1 376 027,00
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida										



6 – Custos de empréstimos obtidos

6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os encargos financeiros relacionados com os financiamentos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



Fundação Vaquinhas e Velez do Peso – Lar de Idosos 2018

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS POR TIPO DE EMPRÉSTIMO								
DESCRIÇÃO	Valor contratual do empréstimo	Valor do Empréstimo (se diferente do valor contratual)		Custos de empréstimos obtidos anuais suportados		Dispêndios com o activo	Custos de empréstimos obtidos capitalizados	Custos de empréstimos obtidos levados a gasto
		Corrente	Não corrente	Total	Dos quais: Juros suportados			
Empréstimos genéricos:								
Instituições de crédito e sociedades financeiras								
Mercado de valores mobiliários								
Participantes de capital:								
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos								
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos								
Dos quais: Empresas participantes								
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos								
Outros financiadores	5 370,07							
Empréstimos específicos:								
Instituições de crédito e sociedades financeiras	387 472,35			18 246,85	14 137,36			18 246,85
Mercado de valores mobiliários								
Participantes de capital:								
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos								
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos								
Dos quais: Empresas participantes								
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos								
Outros financiadores	58 050,00							
TOTAL	20 370,07	0,00	0,00	0,00	14 137,36	0,00	0,00	18 246,85
Dos quais: não residentes								



7 – Inventários:

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

7.2 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS				
DESCRIÇÃO		Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1	Inventários iniciais	0,00	326,48	326,48
2	Compras	0,00	33 725,87	33 725,87
3	Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
4	Inventários finais	0,00	1 144,40	1 144,40
5	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	0,00	32 907,95	32 907,95
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:				
6	Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários			
7	Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários			



8 – Rédito

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

A empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes cr terios:

- a) – **Prestações de serviços** – são reconhecidos nas demonstrações de resultados quando a entidade presta o serviço aos seus utentes, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios econ micos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

- a) Prestação de serviços;

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
R�ditos reconhecidos no período:	247 163,47 �	234 354,17 �
Vendas de Bens	0,00 �	0,00 �
Prestação de Serviços	247 163,47 �	234 354,17 �
Juros	0,00 �	0,00 �
Royalties	0,00 �	0,00 �
Dividendos	0,00 �	0,00 �



9 -Subsídios do Governo e apoios do Governo

9.1 – Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios” e “Apoios”, sendo que as principais e únicas fontes de fundos são as que se apresentam na tabela seguinte:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Subsidios do Estado:	140 585,38 €	135 007,65 €
Segurança Social - Lar	140 585,38 €	135 007,65 €
Subsídios de outras entidades:	15 880,54 €	10 330,11 €
Município de Monforte	7 062,00 €	3 118,50 €
Protocolo Monforte	0,00 €	5 443,95 €
IEFP – Apoio Medida Emprego	8 818,54 €	1 767,66 €
Doações	5 467,00 €	0,00 €

9.2 - Subsídios, doações e legados ao investimento

Valores atribuídos à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis no decurso de 2018 e 2017.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Subsidios do Estado:	0,00 €	0,00 €
INALENTEJO	0,00 €	0,00 €
Subsidios de outras entidades:	10 000,00 €	0,00 €
Município de Monforte	10 000,00 €	0,00 €
Doações	0,00 €	0,00 €
Total	10 000,00 €	0,00 €



10 – Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no exercício de 2018, foi de 7 sendo que os órgãos diretivos da entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da instituição é de 26, sendo que 2 dessas funcionárias estiveram abrangidas por apoio protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	219.674,73	252.615,08
Encargos s/as Remunerações	44.259,35	52.629,19
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	3.746,10	2.761,24
Outros gastos com o pessoal	1.112,75	687,19
Total	268.792,93	308.692,70

11 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



12 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 – Investimentos Financeiros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Reestruturação Sector Solidário	3.130,56	0,00
Fundo Compensação Trabalho	2.729,04	0,00
Total	5.859,60	0,00

De referir que o valor do Fundo de Reestruturação do Sector Solidário estava contabilizado em anos anteriores na rubrica SNC-ESNL 2782132, e que a Entidade não despendeu qualquer contribuição durante o presente exercício para o respetivo Fundo.

De referir também que a Entidade em anos anteriores nunca contribuiu para o Fundo Compensação no Trabalho, como o devia ter feito desde a implementação deste fundo, sendo regularizada a situação no exercício de 2018.

12.2 – Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Descrição	2018	2017
Ativo		
Junta de Freguesia de Assumar	500,00	0,00
Fabrica da Igreja Paroquial	4.967,00	0,00
Total	5.467,00	0,00

12.3 – Clientes e utentes

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Clientes e Utentes, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes		
Clientes gerais	0,00	0,00
Utentes IPSS	4.990,63	475,76
Total	4.990,63	475,76



12.4 – Outros Ativos Correntes

A rubrica Outros Ativos Correntes em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros Ativos Correntes		
Outros devedores diversos	124.210,53	0,00
Total	124.210,53	0,00

12.5 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Activos						
Gastos a reconhecer	2 970,05		2 970,05	1 919,67		1 919,67
Totais	2 970,05		2 970,05	1 919,67		1 919,67
Passivos						
Rendimentos a reconhecer	0		0	0		0
Total	0		0	0		0

12.6 – Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa	21 363,02	32 943,96
Depósitos à ordem	18 656,45	0,00
Outros depósitos bancários		
Total	40 019,47	32 943,96
Passivos		
Caixa		9811,29
Depósitos à ordem		
Outros depósitos bancários		
Total		9811,29



12.7 – Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	84.261,77	-	-	84.261,77
Excedentes técnicos				
Reservas	708,26			708,26
Resultados transitados	-59.091,44		-67.674,41	-126.765,85
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	953.384,27	10.000,00	-62.347,11	901.037,16
Total	979.262,86	10.000,00	-130.021,52	859.241,34

12.8 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	14.059,04	6.673,91
Fornecedora títulos a pagar	0,00	0,00
Total	14.059,04	6.673,91



12.9 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Estados e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Activos						
Imposto sobre o rendim.			0,00			0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00		0,00	0,00		0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00		0,00	0,00		0,00
Outros impostos	0,00		0,00	0,00		0,00
Contribuições para a segurança social				0,00		
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações						
Total	0,00		0,00	0,00		0,00
Passivos						
Imposto sobre o rendim.	0,00		0,00	0,00		0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 028,02		1 028,02	625,00		625,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00		0,00			0,00
Outros impostos			0,00			0,00
Contribuições para a segurança social	8 133,36		8 133,36	20 240,39		20 240,39
Tributos das autarquias locais			0,00			0,00
Outras tributações	1,33		1,33			0,00
Total	9 162,71		9 162,71	20 865,39		20 865,39



12.10 – Outros Passivos Correntes

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outros Passivos Correntes, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros Passivos Correntes		
Credores Diversos	314.441,52	300.851,28
Outros Credores	0,00	0,00
Total	314.441,52	300.851,28

12.11 – Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Subsídios, doações e legados à exploração, apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2018	2017
Doações		
Em dinheiro	5.467,00	0,00
Em espécie	0,00	0,00
Total	5.467,00	0,00

Os Subsídios e Apoios do Governo estão divulgados de forma detalhada na Nota 9 do presente anexo.



12.12 – Fornecimentos e Serviços Externos

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecimentos e serviços externos, apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Fornecimentos e Serviços Externos		
Trabalhos especializados	43.866,22	6.247,87
Publicidade e propaganda	0,00	0,00
Vigilância e segurança	145,14	
Honorários	10.000,00	19.168,00
Conservação e reparação	2.311,77	2.534,83
Serviços bancários	211,99	0,00
Ferramentas e utensílios	441,10	1.980,84
Material de escritório	964,39	1.617,64
Outros	0,00	494,40
Eletricidade	18.988,33	22.271,76
Combustíveis	6.606,00	8.620,00
Água	3.885,92	3.939,63
Deslocações e estadas	127,85	14,20
Comunicação	2.739,66	3.004,42
Seguros	1.377,39	1.083,49
Despesas de representação	0,00	220,00
Limpeza higiene e conforto	9.221,45	10.444,62
Outros serviços	457,66	13.688,20
Total	101.344,87	95.329,90

12.13 – Outros rendimentos

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros rendimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros rendimentos		
Fornecimento de fraldas utentes	7.246,85	6.596,99
Transporte/Medicamentos/Linde Saúde	2.239,46	1.425,22
Correções Rel. Per. Anteriores	0,00	15.224,36
Certificados de Renda - IGCP	162,72	0,00
Programa POISE	5.264,62	0,00
Imputação subsídios investimento	62.347,11	61.724,04
Restituição de impostos	2.346,03	2.194,42
Outros não especificados	254,91	264,72
Total	79.861,70	87.429,75



12.14 – Outros gastos e perdas

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros rendimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros gastos		
Impostos indirectos	697,00	877,43
Correções rel. períodos anteriores	15.885,83	13.388,22
Multas e Penalidades	66,56	0,00
Bolsa Programa POISE	17.768,44	0,00
Despesas não devid. documentadas	170,00	0,00
Juros de mora	285,31	0,00
Outros n/especificados	221,90	4,64
Reposição negativas participações	374,91	0,00
Total	35.469,95	14.270,29

12.15 – Acontecimentos após a data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção no dia 3 de Abril de 2019.

O Contabilista Certificado

A Direção